PUBLICADO NO D. O. U.

Ruhrlea

2.º G C



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo:

10183.005043/96-31

Acórdão

202-11.336

Sessão

07 de julho de 1999

Recurso

109.777

Recorrente:

TEREZINHA HELENA STAUT COSTA

Recorrida:

DRJ em Campo Grande – MS

ITR - Só é admissível a retificação das informações que lastrearam o lançamento do ITR mediante a apresentação de provas incontestáveis que a

justifique. Recurso negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por: TEREZINHA HELENA STAUT COSTA.

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Tarásio Campelo Borges.

Sala das Sessões, em 07 de julho de 1999

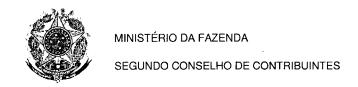
Marços Vinícius Neder de Lima

Presidente

Helvio Escovedo Barcellos

Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Antonio Carlos Bueno Ribeiro, Antonio Zomer (Suplente), Oswaldo Tancredo de Oliveira, Maria Teresa Martínez López, Luiz Roberto Domingo e Ricardo Leite Rodrigues.
cgf



Processo: 10183.005043/96-31

Acórdão : 202-11.336

**Recurso : 109.777** 

Recorrente: TEREZINHA HELENA STAUT COSTA

### **RELATÓRIO**

Terezinha Helena Staut Costa é notificada, às fls. 04, a pagar o ITR/95 e contribuições acessórias, referente ao imóvel rural de sua propriedade, denominado "Fazenda Piúva", localizado no Município de Tesouro - MT, com área total de 2.996,9ha, inscrito na Receita Federal sob o n.º 2489457.5.

Às fls. 01/03, a contribuinte impugna tempestivamente o lançamento, alegando, em suma:

- 1. a notificação de lançamento é emitida com base nas informações encaminhadas pela contribuinte na DITR;
- 2. constatou erros no preenchimento da DITR/94, <u>relativamente às informações sobre a exploração da propriedade</u>, que resultaram na apuração do ITR/95 de forma majorada; e
- 3. o imóvel localiza-se no Município de Pontes Lacerda MT e não em Tesouro MT.

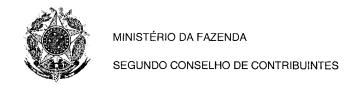
Como prova de sua argumentação, anexa, às fls. 06/08, Laudo de Vistoria Técnica, e, às fls. 10/18, Declarações Anuais de Produtor Rural dos anos de 1994 e 1995 (períodos 01/01/94 a 31/12/94 e 01/01/95 a 31/12/95).

A autoridade monocrática, às fls. 23/25, desconsiderando o Laudo Técnico apresentado pela contribuinte como prova hábil para suscitar a revisão pleiteada e considerando que as declarações anuais referem-se a outras propriedades da interessada, mantém, na integra, o lançamento, em decisão assim ementada:

### "ITR - IMPOSTO TERRITORIAL RURAL - Ex: 1995

## ALÍQUOTA

O imóvel rural que apresentar percentual de utilização efetiva da área aproveitável igual ou inferior a 30% terá alíquota calculada multiplicada por



Processo: 10183.005043/96-31

Acórdão : 202-11.336

dois, no segundo ano consecutivo e seguintes em que ocorrer o fato e a modificação deste percentual de utilização da área aproveitável só se dará mediante provas concretas da efetiva utilização.

# LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL

O erro na informação da localização do imóvel poderá ser reparado mediante comprovação através de documento fornecido pelo Cartório de Registro de Imóveis competente.

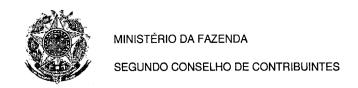
## IMPUGNAÇÃO IMPROCEDENTE".

Inconformada com a decisão de primeira instancia, a contribuinte interpõe, tempestivamente, às fls. 36/47, Recurso Voluntário dirigido a este Segundo Conselho de Contribuintes, reiterando as razões utilizadas na impugnação e aduzindo, ainda:

- 1. a inconstitucionalidade do lançamento, na forma em que está efetivado;
- 2. o cerceamento do seu direito de defesa, em face da falta de apreciação, por parte do julgador singular, das informações contidas no Laudo Técnico apresentado como prova das alegações iniciais.

Por fim, anexa a recorrente aos autos a ART de fls. 48.

É o relatório.



Processo:

10183.005043/96-31

Acórdão :

202-11.336

### VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR HELVIO ESCOVEDO BARCELLOS

O recurso cumpre todas as formalidades processuais e, portanto, merece ser conhecido.

Conforme relatado, a recorrente contesta as informações relativas ao grau de utilização utilizadas para o lançamento do ITR/95 do imóvel rural denominado "Fazenda Piúva", localizado no Município de Tesouro - MT, com área total de 2.996,9ha, inscrito na Receita Federal sob o n.º 2489457.5.

Como prova de sua argumentação, anexa, às fls. 06/08, Laudo de Vistoria Técnica, e, às fls. 10/18, Declarações Anuais de Produtor Rural dos anos de 1994 e 1995 (períodos 01/01/94 a 31/12/94 e 01/01/95 a 31/12/95).

O julgador singular, ao analisar a impugnação, apreciou com destreza os documentos apresentados pela recorrente.

O Laudo Técnico trazido aos autos está datado de 20/09/96, enquanto que o ITR/95 refere-se à situação do imóvel em 31/12/94.

Ademais, o referido documento não pode ser acatado como prova incontestável do grau de utilização do imóvel em 31/12/94.

Já quanto às Declarações Anuais de Produtor Rural dos anos de 1994 e 1995 (fls. 10/18), verifico que reportam a outros imóveis rurais de propriedade da apelante.

Pelo exposto, nego provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 07 de julho de 1999

HELVIO ESCOVEDO BARCELLOS